

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Dra. Catarina Gamboa

SUA REFERÊNCIA
670

SUA COMUNICAÇÃO DE
10-03-2020

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 1016/2020
PROC. Nº: 22.01/2020

DATA
29-04-2020

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 1216/XIV/1ª DO PCP

- Esclarecimentos sobre medidas de investimento e salvaguarda do Centro de Experimentação Agrária de Tavira

No seguimento da Pergunta n.º 1216, dirigida a esta Área Governativa, cumpre informar:

- O Ministério da Agricultura tem estado a desenvolver a Agenda de Inovação para o setor, tendo, antes do atual contexto marcado pela pandemia COVID-19, levado a cabo sessões de auscultação que juntaram agricultores/produtores, empresários, parceiros, investigadores e autarcas. No âmbito desta iniciativa, os Centros de Experimentação das Direções Regionais de Agricultura e Pescas assumirão um papel essencial, enquanto estruturas que participarão ativamente na cocriação de conhecimento, na inovação em parceria entre a comunidade científica e a prática agrícola, na conservação e valorização das variedades regionais e raças autóctones, em instalações piloto e laboratórios na área agroalimentar, assim como na transferência de conhecimento e da inovação para os agentes do setor. Está em curso um trabalho de avaliação das potencialidades das infraestruturas existentes, com vista ao reforço do ecossistema de inovação agrícola, no âmbito do qual cada centro assumirá um papel mais especializado, mais impactante e de âmbito nacional.
- No que diz respeito ao projeto de “Eletrificação da linha do Algarve no troço Faro - Vila Real de Santo”, consultada a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, esta reconhece o interesse público do mesmo, enquanto obra estruturante que é e tendo em conta o seu contributo para a mobilidade sustentável no Algarve. Face ao interesse público desta obra, a DRAPA apresentou um conjunto de medidas mitigadoras e de compensação, pelos prejuízos causados com o atravessamento do Centro Experimental Agrário de Tavira (CEAT). Estas medidas foram apresentadas, em sede de consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da obra, permitindo assegurar a manutenção das coleções de fruteiras regionais e ampelográfica, assim como o regular funcionamento do CEAT. A possibilidade de inversão do processo ou de adoção de um traçado diferente no âmbito do projeto de eletrificação consistem em questões que deverão ser apreciadas e esclarecidas pelas entidades competentes na matéria e respetiva Área Governativa.

Com os melhores cumprimentos, 

O Chefe do Gabinete


João Carlos Mateus